



Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

O Sr. Presidente informou que na próxima sexta-feira, pelas 21 horas, irá ter lugar na Biblioteca, uma sessão para apresentação do balanço do primeiro ano de mandato e deixou o convite aos vereadores para estarem presentes. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2014: € 344 282,05.** -----

#### **DELIBERAÇÕES DIVERSAS:** -----

##### **1. SERVIÇOS FINANCEIROS – ALTERAÇÃO N.º 11 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente de aprovação da alteração n.º 11 ao Orçamento e GOP's, acompanhado da informação n.º 94/2014, dos Serviços Financeiros, que enquadra dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 11 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a novos compromissos, nomeadamente comunicações, outro material – peças, encargos das instalações, conservação de bens, e aquisição de bens e serviços. A nível do pessoal foram reforçadas as classificações relacionadas com encargos com a saúde e outros encargos com a saúde, subsídio de turno. -----

Na alteração n.º 11 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a novos compromissos, nomeadamente comunicações, outro material – peças, encargos das instalações, conservação de bens, e aquisição de bens e serviços. A nível do pessoal foram reforçadas as classificações relacionadas com encargos com a saúde e outros encargos com a saúde, subsídio de turno. -----



O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 252 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de equipamento para a piscina coberta de Cuba; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2011/5002 ações 1 e 2-O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; -----

04 420 2002/5058 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face a reforço das transferências relacionadas com os projectos CEI e CEI+. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

## 2. VITOR ARMANDO MARQUES. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO OCASIONAL. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, na posse do parecer desfavorável do Posto Territorial de Cuba da GNR, indefere o pedido de realização de acampamento ocasional requerido por Vitor Armando Marques. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que, ao abrigo do art.º 18 do Dec-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo fica sujeita à obtenção de licença do Órgão Executivo, devendo ser requerida pelo responsável do acampamento e dependendo a sua concessão da autorização expressa do proprietário do prédio, bem como à emissão de parecer favorável vinculativo do Delegado de Saúde e da GNR, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

## 3. ANIBAL BARÃO FLORES. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO OCASIONAL. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, na posse do parecer desfavorável do Posto Territorial de Cuba da GNR, indefere o pedido de realização de acampamento ocasional requerido por Aníbal Barão Flores. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que, ao abrigo do art.º 18 do Dec-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo fica sujeita à obtenção de licença do Órgão Executivo, devendo ser requerida pelo responsável do acampamento e dependendo a sua



H-  
concessão da autorização expressa do proprietário do prédio, bem como à emissão de parecer favorável vinculativo do Delegado de Saúde e da GNR, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**4. POVT – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DATADA DE 23 DE DEZEMBRO QUE APROVOU A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA EM REGIME DE OVERBOOKING; --- EIXO II – SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS; -----**

**REGULAMENTO ESPECIFICO – CICLO URBANO DA ÁGUA – VERTENTE EM BAIXA; ----- APROVAÇÃO POR PARTE DO PRESIDENTE DA CÂMARA DO LANÇAMENTO DA EMPREITADA E DAS PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS NECESSÁRIAS AO INERENTE CONCURSO PÚBLICO DA OBRA QUE SUSTENTA A OPERAÇÃO/CANDIDATURA. ----- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

Foi presente à Câmara o Despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

-----“DESPACHO”-----

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a título excecional determina o seguinte: -----

a) - Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, despoletar o procedimento de concurso público inerente à respetiva empreitada: requalificação da rede de água para abastecimento público e da rede de águas pluviais em diversas zonas de Cuba. -----

b) - Ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovar a Memória Descritiva do Projeto, o Programa do procedimento e o Caderno de encargos (que incluem o projecto de execução – peças escritas e desenhadas), bem como o mapa de quantidades e orçamento, quer da componente do abastecimento de água, quer da componente de saneamento, em anexo – Vide doc. n.º 2, 3, 4 e 5; -----

c) – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em Projeto nos termos do art.º 5.º e para os efeitos previstos nos art.ºs 6.º e 8.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; Vide doc. n.º 6; -----

d) - Ao abrigo do n.º 1 do art.º 10.º do Dec. Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, aprovar o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, em anexo. Vide doc. n.º 7; -----

e) - Ao abrigo do n.º 1 do art. 67.º do Código dos Contratos Públicos, designar o júri do concurso, propondo-se para o efeito os seguintes elementos: -----

**Presidente do Júri:** Francisco Xavier Candeias Fitas – Vice - Presidente da Câmara; -----

**1.º Vogal efectivo** – Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe de Divisão de Gestão Municipal, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

**2.º Vogal efectivo** – António Manuel da Cruz Góis Pereira, Eng.º Civil, Técnico Superior;

**Vogais Suplentes:** Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista, Técnica Superior e Luís Filipe Caixeiro Franco, Técnico Superior de Informática. -----



f) – Submeter o despacho, agora proferido, a ratificação na reunião de Câmara de 07 de janeiro de 2015, em conformidade com o n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

## **5. LINDA MARIA CANDEIAS CARRAÇA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES.** -----

Solicita a Sr.ª Linda Maria Candeias Carraça, na qualidade de consumidora de água no prédio urbano sito na Estrada da Circunvalação, n.º 1, em Cuba, cujo contrato se encontra em nome de Maria de Fátima Ramalho Mata, alegando razões de ordem económica, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida, e em processo execução fiscal, no valor de € 80,39, em 3 prestações mensais. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 266/2014, da Subunidade Administrativa, delibera atender a pretensão da requerente, autorizando o pagamento em prestações. -----

## **6. CONTRATO DE VOLUNTARIADO.** -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Sr. Presidente que propõe a celebração de um Contrato de Voluntariado com a Prof.ª Francisca Bicho que ficará incumbida das tarefas de dinamização da Biblioteca, bem como, da remodelação, atualização e dinamização do Arquivo Municipal. -----

O presente programa de voluntariado que constitui um compromisso mútuo entre o Município, e a Voluntária, é estabelecido com base nos artigos 7.º, n.º 1, alínea g) e 9.º da Lei nº 71/98, de 3 de novembro e no Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro. ---

A Câmara, considerando: -----

- O relevante serviço de interesse público que é prestado pela Biblioteca Municipal, em complemento com o acervo do Arquivo Municipal; -----
- Que ambos os serviços necessitam de uma intervenção, vocacionada para o melhoramento da sua coordenação e dinamização, de forma a beneficiar a sua utilização; -----
- Que se torna inviável, em termos financeiros, proceder a contratações para realização desse serviço; -----
- A disponibilidade, habilitações e vontade de ajuda demonstrada pela Profª Francisca Bicho, no sentido de prestar aqueles serviços; -----
- O disposto na Lei nº 71/98, de 3 de novembro, que institui as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, o qual *“é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade envolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”*; -----



- Que "(o) voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora"; -----  
Por unanimidade, delibera aprovar o contrato de voluntariado. -----

**7. SUBMISSÃO DE CANDIDATURA CEI CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2015, do Serviço de Ação social e Saúde, apresentando a despesa associada à pretensão da Câmara Municipal de Cuba de fazer uma candidatura na medida inserção, para integrar 5 colaboradores, a partir de 1 de fevereiro de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera submeter a candidatura sabendo que o total a seu cargo será de € 10 168,05 em 2015 e será de € 867,55, em 2016. -----

**8. SUBMISSÃO DE CANDIDATURA CEI+ CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2015, do Serviço de Ação social e Saúde, apresentando a despesa associada à pretensão da Câmara Municipal de Cuba de fazer uma candidatura na medida inserção +, para integrar 5 colaboradores, a partir de 1 de fevereiro de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera submeter a candidatura sabendo que o total a seu cargo será de € 10 168,05 em 2015 e será de € 867,55, em 2016. -----

**9. FURTO DE CONTADOR DE ÁGUA. PRÉDIO SITO NA RUA JOÃO DE DEUS, N.º 9, EM VILA ALVA. TITULAR DO CONTRATO: ANA CRISTINA PALMA MARTINS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2015, da Subunidade Administrativa, dando conta da situação supra referenciada, após comunicação por parte dos Serviços Operativos da Câmara Municipal. -----

Do conhecimento que se tem da situação a porta da habitação não garante o mínimo de segurança e a colocação de novo contador poderia levar desfecho idêntico. -----

A Câmara, por unanimidade, atentos os factos, e o invulgar da situação, delibera notificar a titular do contrato de que a recolocação de novo contador, para reposição do fornecimento de água na referida habitação, só será viável quando estiverem garantidas condições de segurança na habitação, que de alguma forma minimizem os riscos de novo assalto. -----

Internamente serão despoletados os mecanismos para aferir da possibilidade de enquadrar o furto na carteira de seguros da autarquia. -----

**10. HERDADE DAS ROSAS, SOC. AGRO PECUÁRIA, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 400 OLIVEIRAS/PRÉDIO 133-B VILA RUIVA. -----**

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 400 oliveiras para efeitos de reconversão, no prédio acima identificado. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que o prédio está inserido em **Áreas com Vocação Agrícola dominante, Áreas de Montado de azinho e Espaço Silvo-pastoril**; -----

11-2  
Ant  
fau  
de  
Jm  
for



De acordo com a **Planta de Condicionantes**, o mesmo interfere com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) e ainda com áreas de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----  
Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola; -----  
Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro. -----  
A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 2499/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM, devendo, porém, o requerente, nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, promover a auscultação aquela entidade, para clarificar se a acção pretendida estará sujeita a comunicação prévia, ou se porventura estará isenta de qualquer procedimento. -----

**11. HERDADE DAS ROSAS, SOC. AGRO PECUÁRIA, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE 20 AZINHEIRAS E 18 SOBREIROS/PRÉDIOS 133-B E 4-B VILA RUIVA. -----**

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 20 azinheiras e 18 sobreiros para plantação de olival intensivo, nos prédios acima identificados; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que os prédios estão inseridos em **Áreas com Vocação Agrícola dominante, Áreas de Montado de azinho e Espaço Silvo-pastoril**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, o mesmo interfere com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) e ainda com áreas de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----  
Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola; -----  
Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 2497/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM, devendo, porém, o requerente, nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, promover a auscultação daquela entidade, bem como da Direcção-Geral das Florestas, para clarificar se a acção pretendida estará sujeita a comunicação prévia, ou se porventura estará isenta de qualquer procedimento. -----

Mais delibera notificar expressamente o requerente que tendo em conta que se trata de abate de sobreiros e de azinheiras, cuja acção é regulada por legislação específica, designadamente o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho, carece de autorização nos termos do fixado pelo artigo 3.º, que é da competência da Direcção-Geral das Florestas, após parecer da direcção regional de agricultura. -----

-----  
**OBRAS PARTICULARES.** -----

**DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO.** -----

**12. ROSA MARIA DIAS RODRIGUES. PROCESSO N.º 37/2014.** -----

Alteração de fachada no prédio sito na Rua Augusta, n.º 41, cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, delibera aprovar o licenciamento fixando em 3 meses o prazo para execução da obra, de acordo com a calendarização apresentada. -----

-----  
Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,50 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico:



